

EUCLIDES DA CUNHA E FERREIRA DE CASTRO: VIAGEM E DESCOBRIMENTO

Mestrando. Vander da Conceição Madeira USP

A missão na Amazônia e os *Ensaio*s produzidos marcam o reencontro de Euclides com os sertanejos, estrangeiros na própria terra. A viagem de Ferreira de Castro dá origem ao romance *A selva*, obra em que o autor reflete sobre a solidariedade, a identidade e a condição de estrangeiro do seringueiro. Essa comunicação pretende mostrar como esses dois olhares sobre a realidade dos migrantes sertanejos, eventualmente, se encontram ou divergem.

Em 1905, Euclides da Cunha viaja para a região amazônica em uma situação duplamente favorável. É o chefe da seção brasileira da *Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus* e, como representante do governo, viaja precedido de todas as recomendações oficiais. É, também, o reconhecido autor de *Os sertões*, amigo de intelectuais e autoridades. Não é, portanto, um viajante qualquer. Na verdade ele se sente integrado à nobre categoria dos vários cronistas estrangeiros que percorreram a mesma região e deixaram seus relatos para a posteridade.

A chegada de Ferreira de Castro ao Pará, seis anos depois é bastante diferente. O menino português, com onze anos, chega na terceira classe de um navio, é mais um imigrante na histórica busca de melhores condições de vida, de uma cada vez mais improvável riqueza na América. Tinha tudo para ser mais um a entrar na lista dos esquecidos.

Euclides da Cunha e Ferreira de Castro vão registrar dois momentos do Ciclo da borracha, seus momentos de auge e de decadência. Verão situações semelhantes de forma distinta e deixarão de ver de forma semelhante. Mas, como afirma Antonio Candido “[...] o olhar do viajante não é apenas complexo, mas eventualmente contraditório, e precisa ser decomposto nos seus elementos”. (CANDIDO, 1996, prefácio).

A missão na Amazônia e os *Ensaio*s produzidos marcam o reencontro de Euclides com os sertanejos, estrangeiros na própria terra. A viagem de Ferreira de Castro dá origem ao romance *A selva*, obra em que o autor reflete sobre a solidariedade, a identidade e a condição de estrangeiro do seringueiro. O sertanejo, tornado seringueiro, está presente nos textos dos dois autores, mas cada um representa esse outro de uma forma diferente.

Em sua viagem oficial à região amazônica Euclides da Cunha vai encontrar os sertanejos engajados em um sistema econômico profundamente ligado ao mundo moderno, a produção de borracha para exportação. Se em canudos eles estariam ligados a um projeto que, do ponto de vista republicano, recendia ao atraso, agora participavam de um projeto caro a Euclides, pois estão a conquistar um espaço para a nação, a efetivar a presença brasileira em área de disputa internacional, a produzir riqueza para o país. E o autor de *Judas Asverus* acaba por reconhecer nos sertanejos a energia necessária para combater as adversidades impostas pela floresta. E o papel do sertanejo nesse projeto político e econômico parece ser o condutor do olhar de Euclides.

Medindo e registrando o território, o engenheiro/escritor faz um deslocamento constante pelas terras e, principalmente, pelos rios da Amazônia, não há tempo para grandes permanências na coleta dos elementos que comporiam o relatório da *Comissão*

mista, menos ainda para se dedicar à produção dos *Ensaaios*. Sendo assim, os ensaios que têm os seringueiros como tema representam uma parte pequena, mas significativa, no conjunto dos textos produzidos.

Segundo Humberto de Campos, que trabalhou em seringal antes do êxito intelectual:

O que interessa, na Amazônia, à literatura, é o homem, e, particularmente, o seringueiro e a sua tragédia. Para conhecer um e outra fazia-se mister viver no seringal, estudar-lhe o mecanismo, entrar, enfim, na peça, como personagem e não apenas espectador. (CAMPOS, 1947. p.431-432)

Euclides não iria tornar-se um seringueiro, como não se tornou sertanejo quando do relato sobre Canudos, e na Amazônia foi novamente um espectador, olhou de fora a realidade e registrou criticamente. Novamente o viajante ilustrado torna-se veículo de denúncia das práticas arcaicas da sociedade brasileira. A força literária de Euclides está a serviço da denúncia quando ele afirma que “[...] o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se.” (CUNHA, 1976. p.109) Quando explica o processo de aprisionamento do indivíduo pelas dívidas:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num gaiola qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, [...] Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é um *brabo* canhestro, de quem chasqueia o *manso* experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000. [...] raro é o seringueiro capaz de emancipar-se pela fortuna. (CUNHA, 1976. p.109-110)

Euclides mostra sua indignação ao comentar o despotismo dos donos de seringais, pois

Os “Regulamentos” dos seringais são a este propósito dolorosamente expressivos. Lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco. O patrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo, cousas assombrosas. (CUNHA, 1976. p.111)

A condição servil dos seringueiros, em nada condizente com a modernização das práticas econômicas e sociais que levariam o país a uma condição de nação civilizada levam Euclides a cobrar

urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer dos homestead que o consorcie definitivamente à terra. (CUNHA, 1976. p.112)

Esse mesmo Euclides julga com rigor as vítimas do sistema que denuncia quando no famoso texto Judas Asverus, descrição das comemorações do Sábado de Aleluia feitas pelos seringueiros, acaba por atribuí-lhes toda a culpa pelo seu infortúnio:

“no Sábado de Aleluia os seringueiros do Auto Purus desforram-se de seus dias tristes.”(CUNHA, 1966, p.263) Nesse dia, os seringueiros, com todos os cuidados possíveis, dão-se à tarefa de construir o seu boneco de Judas. O resultado do trabalho

é um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra (CUNHA, 1966. p.266)

Durante a malhação do judas, segundo Euclides, o seringueiro

desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos de rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes que o iludiram. (CUNHA, 1966. p.266)

Assim vê Euclides os sertanejos em sua nova condição de seringueiros: moralmente fracos e enganados por sua “credulidade infantil” e por sua “ ambição maldita”.

O contraponto ao olhar Euclidiano vem de um autor e de um personagem que não se restringiram à condição de espectadores da vida do seringueiro. *A selva*, romance com elementos autobiográficos, tem sua gênese na experiência de Ferreira de Castro como seringueiro.

Ferreira de Castro fala de si ao mesmo tempo em que cria um personagem que é quase um antípoda do autor. No lugar do adolescente de origem simples e com poucas perspectivas temos o bem nascido adulto. No da criança pobre e disposta a se lançar ao trabalho duro encontramos o jovem indolente, o quase bacharel cuja auto imagem é inflada de orgulho. Finalmente, no lugar do humanista socialista, vemos um monarquista cheio de preconceitos, obrigado ao exílio pelo fracasso da tentativa de restauração monarquista em Monsanto.

Convencido por seu tio Macedo, resistente à obrigação de sustentar o sobrinho, o personagem Alberto concorda em tentar o enriquecimento “fácil” trabalhando na extração da borracha em um seringal próximo ao Rio Madeira.

Forçado a partilhar o espaço com os companheiros de viagem rumo ao seringal, Alberto reflete, negativamente, sobre os defensores da democracia,

defensores da igualdade humana, que ele combatera e o haviam atirado para o exílio. [...] Queria vê-los ali, ao seu lado, para lhes perguntar se era com aquela humanidade primária que pretendiam restaurar o Mundo. [...] Possuíam alma essas gentes rudes e inexpressivas, que atravancavam o Mundo com sua ignorância, que tiravam à vida coletiva a beleza e a elevação que ela podia ter? [...] Só as seleções e as castas, com direitos hereditários, tesouro das famílias privilegiadas, longamente evoluídas, poderiam levar o povo a um mais alto estádio. (CASTRO, 1972. p.55)

Tudo isso pensa Alberto, que não tardará a descobrir que seu destino o ligara não à casta superior da qual pensava fazer parte, mas aos rudes e incultos que ele despreza. Ele em novo exílio, eles exilados no próprio país, gente de “atitudes provisórias no ambiente estranho”. (CASTRO, 1972. p.52)

Alberto empreende um deslocamento múltiplo ao sair de Portugal, em direção à Espanha, ao deixar a Europa para se estabelecer no Brasil e ao deixar Belém para se engajar no Paraíso, seringal encravado na floresta. Aliado ao deslocamento geográfico, temos um deslocamento um tanto mais complexo, pois se trata do trânsito de uma posição supostamente estável, cuja culminância seria uma carreira na burocracia portuguesa, para uma situação de absoluta instabilidade, em que viver o dia seguinte é uma possibilidade cheia de riscos. A passagem do personagem pelo seringal vai despi-lo

dos traços iniciais, vai romper certezas e engendrar um outro sujeito, com outra perspectiva em relação a si e aos outros.

A chegada ao Paraíso é o início de um pesadelo. O português, bem vestido e com “ares” aristocráticos, vê-se alvo da curiosidade e chacota dos habitantes antigos do lugar. Tudo em Alberto desperta a desconfiança do proprietário, Juca Tristão, que não crê na competência do estrangeiro para o trabalho duro de extração da seringa. Se em Belém e Manaus o sotaque português era ouvido em toda parte, se em toda tabuleta comercial se reconhecia o nome de um patrício, no seringal “só Alberto marcava a existência da nacionalidade”. (CASTRO, 1972. p.89)

A origem comum de trabalhadores antigos e novatos, todos maranhenses ou cearenses, faz com que se estabeleça uma rápida camaradagem entre eles. Os antigos desejosos de notícias sobre lugares e pessoas conhecidas, os novatos __chamados de brabos__ curiosos quanto à nova vida. Somente o português não era interpelado, mas “a sua alvura e porte urbano chamavam inquietadoras curiosidades” (CASTRO, 1972. p.96). Não sendo a língua um problema a impedir a comunicação, o que falta a Alberto são laços culturais que o integrem à comunidade dos seringueiros. Em nenhum outro momento do romance ele será tão estrangeiro.

Perseguido pelos capatazes, sempre a cobrar evolução do seu trabalho, Alberto torna-se alvo da solidariedade de Firmino, seu companheiro na floresta e instrutor no ofício de seringueiro.

É Firmino o maior responsável pela transformação de Alberto. Isolado em um barracão no meio da mata o imigrante vê-se confrontado com suas certezas, seus conceitos de classe e humanidade. Sua cultura acadêmica e urbana de nada lhe serve naquele ambiente. O seringueiro rude, sempre disposto a ajudar o novato, perturba e emociona o estrangeiro com sua capacidade de demonstrar ternura. Ante a perplexidade do português, é Firmino que explica a Alberto sua nova condição de vida. Consciente de sua situação__ mais do que Alberto esperaria__ o nordestino expõe ao companheiro os mecanismos que fazem com que os seringueiros trabalhem para escravizar-se:

Eu tenho estado sempre a dever. Não há maneira de me livrar daquela conta! Quando seu Alípio foi ao Ceará buscar pessoal, me disse que um homem enriquecia logo que chegava aqui. Eu acreditei naquelas lorotas e, afinal, ainda não paguei a passagem. Eles, assim que nós chegamos, já não dizem mais coisas bonitas. Vendem tudo muito caro, que é para o seringueiro não arranjar saldo e ficar toda a vida nestas brenhas do diabo. [...] Desde que vim para o seringal nunca vi cor do dinheiro. (CASTRO, 1972. p.123)

Assim como Firmino sonha com a volta ao Ceará, as lembranças de Portugal não abandonam Alberto, sendo freqüentes as comparações entre a exuberância da selva e a natureza na terra natal. As saudades de casa tornam maior o sofrimento do imigrante, fazendo-o questionar, até mesmo, os princípios políticos que o levaram ao exílio.

As dificuldades comuns e a boa índole de Firmino fomentam o processo de identificação de Alberto com os seringueiros. Sobra muito pouco do aristocrático estudante de direito. Observe-se, que apesar de seus esforços, o personagem, aos olhos dos demais habitantes do seringal, jamais deixa de ser o estrangeiro. Seja nas bem intencionadas palavras de Firmino, seja nas admoestações de Juca Tristão ou algum de seus capatazes, ganha relevo sua condição de diferente. Para o companheiro “o seringal não é lugar para um homem com a sua pele” (CASTRO, 1972. p.125). Para Caetano,

um dos capatazes, foi um erro contratar o português, pois “já é sabido que carcamano e marinheiro só são bons para regatão” (CASTRO, 1972. p.98) ¹. Balbino, aliciador de trabalhadores, por sua vez, destila sua desconfiança e rancor:

Esses portugueses e carcamanos quando estão lá na cidade e precisam de nós, não têm vergonha nenhuma e fingem de mansos para os trazermos. Depois se tornam malandros e são traiçoeiros como surucucu. (CASTRO, 1972. p.133)

A caracterização inicial do personagem e as depreciativas primeiras impressões de Alberto quanto aos seus futuros companheiros de trabalho não fariam prever que, um dia, ele desejaria ser considerado um deles. Mas o improvável acontece, Alberto ressentido-se do fato de não ser visto pelos companheiros como um igual, já que se sentia um elo

da mesma cadeia que prendia ali braços e ambições. Contudo, a sua presença motivava ainda comentários. Sentia que se riam dele e o irmanavam aos sírios e judeus que iam de porto em porto, furtivamente, trocando bugigangas por borracha, sempre perseguidos pelos donos dos seringais, que não toleravam a concorrência dos “regatões” [...] (CASTRO, 1972. p.152)

Ao contrário do que pode fazer parecer esse breve comentário sobre o Romance, Ferreira de Castro não deixa de mostrar a violência na relação entre os indivíduos em meio à hostilidade natural. Mas esse não é o foco do autor, que ressalta como a solidariedade pode humanizar indivíduos endurecidos pela miséria, pelos preconceitos e pelas mais diferentes adversidades.

O ponto de vista do autor português contrasta com o olhar de Euclides da Cunha ao abordar a dimensão humana dos milhares de homens que se embrenharam na floresta seduzidos pela ambição, por promessas falsas de riqueza fácil, para fugir da seca no Ceará ou da miséria em alguma aldeia portuguesa. A diferença está na aproximação do outro que se quer revelar.

Pode-se dizer que Euclides e Ferreira de Castro olham para uma mesma situação e a vêem de forma diferente, mas pode-se também dizer que os dois cometem uma mesma omissão, pois há, ou deveria haver, um “outro” cuja existência é praticamente esquecida nos *Ensaio amazônico* e no romance *A selva*. Não há índios?

Talvez isso possa ser justificado pela reiteração da fala de Humberto de Campos: “O que interessa, na Amazônia, à literatura, é o homem, e, particularmente, o seringueiro e a sua tragédia.” (CAMPOS, 1947. p.431) A outra tragédia humana encenada na região fica ao largo da consideração de Humberto de Campos, Euclides da Cunha e Ferreira de Castro. Todos eles falam das vicissitudes dos novos habitantes da região amazônica, mas são exíguas as referências aos habitantes originais da floresta. A referência a indígenas é quase inexistente. Quando citados, os índios entram na cota dos perigos oferecidos pelo “inferno verde”. Como explicar essa grande ausência? Onde estão aqueles que Rondon vai chamar de “os mais brasileiros dos brasileiros”? No que se refere ao foco dos *Ensaio amazônico* e de *A selva* eles, os indígenas, estão fora do mecanismo econômico e do problemático ideal de progresso projetado para a região amazônica. Na verdade eles estariam entre as dificuldades encontradas pelos colonizadores, de todo os tempos, no processo de conquista e ocupação do território.

¹ Regatão era o indivíduo que comprava borracha diretamente do seringueiro na floresta, para posteriormente vendê-la aos comerciantes de Manaus ou Belém.

A conclusão a que se pode chegar é que o ponto de vista dos três autores carrega a marca da inserção do “outro” a partir de seu papel na estrutura de produção capitalista. Euclides da Cunha, Humberto de Campos e Ferreira de Castro têm em comum a ligação econômica com a produção da borracha. Euclides, em sua missão demarcadora está a serviço de um projeto que remonta à administração Pombalina e à *Lei do Diretório*. Essa lei previa, além da obrigatoriedade da língua portuguesa em todo o território da colônia, a exploração econômica do Vale Amazônico como meio de manter o território e a integração das comunidades indígenas na produção colonial. Humberto de Campos foi gerente de seringal e Ferreira de Castro trabalhou na extração da borracha, tendo dedicado o romance aos

anônimos desbravadores, que viriam a ser meus companheiros, meus irmãos, gente humilde que me antecedeu ou acompanhou na brenha, gente sem crônica definitiva [...] Devia-lhes este livro, que constitui um pequeno capítulo da obra que há de registrar a tremenda caminhada dos deserdados através dos séculos, em busca de pão e de justiça. (CASTRO, 1972. p.21)

O indígena é um “outro” que não cabe nos textos de Euclides e Castro, pois não está integrado à categoria dos desbravadores e dos conquistadores, sobrando-lhe apenas o lugar de deserdado.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Humberto de. *Crítica*: Segunda série. São Paulo: W.M. Jackson Inc. editores, 1947.

CANDIDO, Antônio. Prefácio. In: LEITE, I.B. *Antropologia da viagem; escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CASTRO, Ferreira de. *A selva*. São Paulo: Editora Verbo, 1972.

CUNHA, Euclides da. *Obra completa* vol. I. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1966.

_____. *Um paraíso perdido: Reunião dos ensaios amazônicos*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1976.

